



DIÁRIO

da Assembleia da República

XIII LEGISLATURA

4.ª SESSÃO LEGISLATIVA (2018-2019)

Sessão Solene de Boas-Vindas ao Presidente da República de Angola, João Manuel Gonçalves Lourenço

REUNIÃO PLENÁRIA DE 22 DE NOVEMBRO DE 2018

Presidente: Ex.^{mo} Sr. [Eduardo Luís Barreto Ferro Rodrigues](#)

Secretários: Ex.^{mos} Srs. [Duarte Rogério Matos Ventura Pacheco](#)
[Idália Maria Marques Salvador Serrão](#)
[António Carlos Bivar Branco de Penha Monteiro](#)
[Moisés Salvador Coelho Ferreira](#)

SUMÁRIO

O Presidente da Assembleia da República declarou aberta a Sessão Solene de Boas-Vindas ao Presidente da República de Angola às 14 horas e 30 minutos, interrompendo-a de seguida.

Às 15 horas e 14 minutos, deu entrada na Sala das Sessões o cortejo em que se integravam o Presidente da República de Angola, João Manuel Gonçalves Lourenço, o Presidente da República Portuguesa, Marcelo Rebelo de Sousa, o Presidente da Assembleia da República, Eduardo Ferro Rodrigues — que saudaram, com uma vénia, os

membros do Corpo Diplomático presentes —, o Primeiro-Ministro, os Secretários da Mesa, o Secretário-Geral da Assembleia da República, a Chefe do Protocolo do Estado, a Chefe do Gabinete do Presidente da Assembleia da República e a Diretora do Gabinete de Relações Internacionais e Protocolo.

No Hemiciclo, encontravam-se já os Ministros e os Deputados.

Na Tribuna A, estavam presentes a mulher do Presidente da República de Angola, Dr.^a Ana Dias Lourenço, a mulher do

Presidente da Assembleia da República, Dr.^a Maria Filomena Aguilár, o Presidente do Tribunal Constitucional e o Vice-Presidente do Supremo Tribunal de Justiça, a mulher do Embaixador da República de Angola em Lisboa e acompanhantes.

Na Tribuna B, estava presente a comitiva do Presidente da República de Angola.

Estavam também presentes:

Na Galeria I, membros do Corpo Diplomático;

Na Galeria II, o Presidente do Tribunal de Contas, o Presidente do Partido Social Democrata, o Representante do Chefe de Estado-Maior das Forças Armadas, a Provedora de Justiça, os Representantes da República para a Região Autónoma dos Açores e para a Região Autónoma da Madeira, o Representante do Presidente do Governo da Região Autónoma dos Açores, o Conselheiro de Estado Domingos Abrantes Ferreira, o Chefe do Estado-Maior do Exército, o Vice-Chefe do Estado-Maior da Armada, os Presidentes do Conselho Económico e Social e da Associação Nacional de Freguesias, o Governador do Banco de Portugal, a Juíza Conselheira do Tribunal Constitucional Catarina Sarmento e Castro, o Comandante Geral da Guarda Nacional Republicana, o Representante do Diretor Nacional da Polícia de Segurança Pública, o Presidente da Associação dos Ex-Deputados da Assembleia da República, o Presidente da Direção da Associação 25 de Abril e elementos da comunicação social;

Na Galeria III, Secretários de Estado, a Secretária-Geral do Sistema de Informações da República Portuguesa, o Presidente do Conselho dos Julgados de Paz, o Representante do Presidente do Conselho de Fiscalização do Sistema de Informações da República Portuguesa, o Presidente do Conselho de Fiscalização do Sistema Integrado de Informação Criminal, o Presidente da Comissão Nacional de Eleições, o Presidente da Comissão de Acesso aos Documentos Administrativos e outras entidades convidadas;

Nas Galerias IV a VI, os demais convidados;

Na Tribuna D, os representantes dos órgãos de comunicação social.

Constituída a Mesa, o Presidente da República de Angola tomou lugar à direita do Presidente da Assembleia da República e o Presidente da República Portuguesa tomou lugar à sua esquerda, tendo a Banda da Guarda Nacional Republicana executado o hino nacional de Angola e o hino nacional de Portugal, que foi cantado, de pé, pelos presentes na Câmara e nas Galerias.

O Presidente da Assembleia da República proferiu o discurso de boas-vindas ao Presidente da República de Angola, que, em seguida, usou também da palavra.

Após a sessão ter sido encerrada, eram 15 horas e 44 minutos, a Banda da Guarda Nacional Republicana executou, de novo, os hinos nacionais dos dois países, que foram cantados, de pé, pelos presentes na Câmara e nas Galerias.

O Sr. **Presidente**: — Sr.^{as} e Srs. Deputados, Sr.^{as} e Srs. Convidados, Sr.^{as} e Srs. Funcionários, Sr.^{as} e Srs. Jornalistas, declaro aberta a Sessão Solene de Boas-Vindas a Sua Excelência o Presidente da República de Angola.

Eram 14 horas e 30 minutos.

Como está previsto, vou suspender, de imediato, a sessão para ir receber Sua Excelência o Presidente da República Portuguesa, Marcelo Rebelo de Sousa, e Sua Excelência o Presidente da República de Angola, João Manuel Gonçalves Lourenço, e a Sr.^a Dr.^a Ana Dias Lourenço.

Sr.^{as} e Srs. Deputados, declaro interrompida a sessão.

Eram 14 horas e 31 minutos.

Sr.^{as} e Srs. Deputados, Srs. Convidados, está reaberta a sessão.

Eram 15 horas e 14 minutos.

Neste momento, a Banda da Guarda Nacional Republicana, postada nos Passos Perdidos, executou o hino nacional de Angola e o hino nacional de Portugal, que foi cantado de pé.

Sr. Presidente da República de Angola, João Lourenço, Sr. Presidente da República Portuguesa, Marcelo Rebelo de Sousa, Sr.^a Dr.^a Ana Dias Lourenço, Sr. Primeiro-Ministro, Sr. Presidente do Tribunal Constitucional, Sr. Vice-Presidente do Supremo Tribunal de Justiça, Sr. Presidente do Tribunal de Contas, Sr.^{as} e Srs. Membros do Governo, Sr. Chefe do Estado-Maior da Força Aérea, Srs. Embaixadores de Angola em Lisboa e de Portugal em Luanda, Sr. Presidente do Partido Social Democrata, Sr.^a Provedora de Justiça, Srs. Representantes da República para as Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira, Sr. Representante do Secretário Regional da Região Autónoma da Madeira, Sr. Conselheiro do Estado, Sr.^{as} e Srs. Deputados, Sr. Núncio Apostólico, Decano do Corpo Diplomático e demais membros do Corpo Diplomático, Autoridades Cíveis e Militares, Ilustres Convidadas e Convidados, Excelências, Minhas Senhoras e Meus Senhores: Celebramos hoje a amizade e a fraternidade entre Portugal e Angola. Fazemo-lo da forma mais solene, na Sala das Sessões da Assembleia da República, honrados pela presença de Sua Excelência o Presidente da República Portuguesa e num período muito particular de interrupção dos plenários parlamentares, em virtude de decorrerem os trabalhos relativos ao Orçamento do Estado para 2019.

Na sua pessoa, Sr. Presidente João Lourenço, e da Sr.^a Dr.^a Ana Dias Lourenço, acolhemos de braços abertos o povo angolano.

O que torna singular a amizade luso-angolana é a sua profundidade e extensão, a sua fonte são os laços de afeto e de solidariedade que unem os dois povos.

A independência de Angola e o fim do colonialismo português puseram o nosso relacionamento numa nova base: a da igualdade e do respeito mútuo.

Portugal democratizou-se, desenvolveu-se e descolonizou. O 25 de Abril de 1974 ficará na história como um momento fundador, em que a luta dos portugueses contra a ditadura e a luta dos povos africanos da Guiné, de Moçambique e de Angola pela sua independência se aliaram.

Acabava o isolamento internacional e começava a construção do Portugal democrático, solidário e aberto ao mundo. De facto, a independência das antigas colónias, libertou o nosso relacionamento das amarras do passado e, dessa forma, aproximou-nos ainda mais.

Sr. Presidente João Lourenço, Sr. Presidente Marcelo Rebelo de Sousa, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Reconhecemos as nossas diferenças, mas o que prevalece é o calor humano, a vontade de trabalhar em conjunto, de cooperar e de conviver, lado a lado, numa relação entre Estados iguais e amigos.

Fazemo-lo, hoje, aos mais variados níveis e nas mais variadas instâncias, bilaterais e multilaterais, a começar pela Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP).

Não esquecemos o apoio de Angola às candidaturas de António Guterres a Secretário-Geral das Nações Unidas e de António Vitorino à Organização Internacional das Migrações.

Há muito onde podemos e devemos trabalhar em conjunto, como parceiros ativos da comunidade internacional. A nível bilateral, fazemo-lo através do diálogo institucional e do intercâmbio de visitas oficiais, como foi, em setembro, a visita do nosso Primeiro-Ministro, António Costa, tão bem sucedida. Fazemo-lo no comércio — todos estamos cientes da importância do mercado angolano para os nossos exportadores, para os nossos investidores. O reverso aplica-se igualmente: é significativa a posição de Angola no investimento direto, em Portugal, e nas nossas importações.

A estruturar o nosso relacionamento, contamos com uma ampla rede de instrumentos. Neste particular, faço votos para que o Programa Estratégico de Cooperação, assinado em setembro e que tem como horizonte temporal 2022, seja coroado de êxito. É um Programa que, pela sua abrangência, diz muito da nossa ambição comum e do propósito de melhorar a vida das populações.

A cooperação luso-angolana tem igualmente uma vertente parlamentar, que remonta a 1987. O Programa de Cooperação Parlamentar que prosseguimos com a Assembleia Nacional de Angola vigora até ao final de 2018, estando fortemente orientado para as tecnologias de informação e para o desenvolvimento das ferramentas que melhorem a visibilidade do trabalho parlamentar pelos cidadãos. Faço, assim, votos para que o programa a preparar para o próximo biénio seja ambicioso e alcance taxas de execução elevadas.

Sr. Presidente João Lourenço, Sr. Presidente Marcelo Rebelo de Sousa, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Falar do relacionamento luso-angolano é falar, antes de mais, do relacionamento entre as pessoas, de todas aquelas e aqueles que, no seu dia a dia, o sustentam.

Em Angola residem e trabalham cerca de 135 000 portugueses, que ali refizeram as suas vidas, constituindo família e construindo o futuro. O seu trabalho e o seu dinamismo são contributos relevantes para o progresso e o desenvolvimento de Angola, nação que tanto sofreu com uma guerra civil de décadas, que tantas vidas ceifou, depois da guerra colonial. É também um elo indissolúvel do relacionamento luso-angolano. E há os cerca de 17 000 angolanos que estudam e trabalham em Portugal, assim enriquecendo o nosso tecido social e cultural.

Sr. Presidente João Lourenço, Sr. Presidente Marcelo Rebelo de Sousa, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Aqui chegamos a um outro laço que nos congrega, a língua portuguesa. A literatura de Agostinho Neto, de José Luandino Vieira (Prémio *Camões*, em 2006), de José Eduardo Agualusa, de Pepetela, mas também a que circula nos meios de comunicação social, faz com que as sete horas de voo de Lisboa a Luanda sejam segundos na *internet*.

Uma excelente ilustração no ensino é a Escola Portuguesa de Luanda, aberta em 1986 e que é sinónimo de qualidade.

Expressão mais larga da língua portuguesa é a nossa pertença comum e o nosso empenho na CPLP. Esta organização, espaço privilegiado de diálogo, de cooperação e de ação entre os seus membros, tem sido fecunda na adoção de instrumentos que facilitam a vida dos nossos cidadãos: é o caso das matérias do âmbito consular, do cinema, do combate à malária, do ensino superior ou ainda da juventude e do desporto.

Há muito ainda por fazer mas, hoje, a CPLP é uma realidade reconhecida pela comunidade internacional. Tem uma capacidade multiplicadora, que é do nosso interesse promover: a de nos projetar na comunidade internacional com uma voz e interesses próprios.

Podemos fazê-lo a nível dos governos, mas também entre parlamentos. No que à Assembleia da República respeita, constatamos, com grande satisfação, o relacionamento estreito entre colegas portugueses e angolanos na União Interparlamentar e reiteramos o nosso pleno apoio a que Luanda seja a sede do Secretariado da Assembleia Parlamentar da CPLP.

Sr. Presidente João Lourenço, Sr. Presidente Marcelo Rebelo de Sousa, Sr.^{as} e Srs. Deputados: A sua presença e intervenção nesta Sessão Solene de Boas-Vindas, Sr. Presidente João Lourenço, simboliza o muito que Portugal e Angola, os portugueses e angolanos, temos em comum e o que podemos fazer mais pelo estreitamento desta relação de países amigos e irmãos.

Não quero terminar sem o saudar pessoalmente pela sua coragem e determinação em afirmar em Angola um Estado Democrático de Direito.

Como Presidente da República de Angola, desejamos-lhe as maiores felicidades.

Num dos seus poemas, Luandino Vieira questiona: *A pergunta no ar/ No mar/ Na boca de todos nós:/ Luanda, onde está?*

A esta pergunta respondo: Luanda está nos nossos corações. Angola está nos nossos corações.

Muito obrigado.

Aplausos gerais.

Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Presidente da República de Angola, João Lourenço.

O Sr. **Presidente da República de Angola**: — Sua Excelência Marcelo Rebelo de Sousa, Presidente da República Portuguesa, Ex.^{mo} Sr. Ferro Rodrigues, Presidente da Assembleia da República Portuguesa, Ex.^{mo} Sr. António Costa, Primeiro-Ministro da República Portuguesa, Ex.^{mos} Srs. Deputados, Ex.^{mos} Srs. Representantes do Corpo Diplomático acreditado em Portugal, Ilustres Convidados, Minhas Senhoras e Meus Senhores: Constitui para mim motivo de grande honra dirigir-me aos dignos representantes do povo português, nesta minha primeira visita a Portugal na qualidade de Presidente da República de Angola. Agradeço, por isso, o convite de Vossa Excelência e peço que aceitem uma especial saudação do povo angolano a todos os presentes e, por vosso intermédio, ao povo português.

Gostaria de salientar o quanto os laços que ligam os nossos dois povos e países se têm vindo a reforçar, na base do respeito pela soberania e independência de cada um, no interesse de uma cooperação mutuamente vantajosa. Com um passado histórico de convívio fraterno, os nossos povos estão naturalmente destinados a partilhar um futuro comum de solidariedade e entreajuda, facilitado pelo idioma e a defesa de valores comuns.

Srs. Deputados, Minhas Senhoras, Meus Senhores: Estando Angola a viver há 16 anos consecutivos uma situação de paz efetiva, duradoura e irreversível, num ambiente de perfeita reconciliação nacional, tendo-se dado início ao processo de reconstrução das suas principais infraestruturas, é chegado o momento de encarar novos desafios com vista a garantir o aprofundamento da democracia e o desenvolvimento económico e social do país.

Para além do desafio da implementação, pela primeira vez, do poder autárquico em Angola, estando o pacote legislativo em fase de consultas e discussão na Assembleia Nacional e a previsão da realização das primeiras eleições em 2020, o Executivo a que presido elegeu duas principais frentes de batalha que, uma vez vencidas, garantirão o êxito do nosso programa de governação e, conseqüentemente, trarão o progresso e bem-estar aos cidadãos angolanos, num quadro de maior respeito pelos direitos e liberdades fundamentais consagrados na Constituição e na lei.

Refiro-me à necessidade da moralização da nossa sociedade no geral, com relação à qual há um conjunto de ações a realizar ao longo do tempo, mas, sobretudo, refiro-me, neste quadro, à necessidade do combate à corrupção e impunidade, com o envolvimento do poder legislativo e do judicial mas também de toda a sociedade civil, que se revê nele como parte ativa no combate a este cancro que corrói os alicerces de qualquer sociedade.

Não sendo possível nem relevante detalhar aqui o que de concreto se está a fazer, devo apenas garantir que estamos a construir uma nova Angola, de transparência, de concorrência leal nos negócios, com um ambiente de negócios cada vez mais amigo do investimento.

A este combate, que se verifica da base ao topo, acresce-se a tomada de medidas que pretendem repor a autoridade das instituições do Estado, tornando o nosso país mais seguro e mais atrativo para o turismo e o investimento privado.

A segunda frente de combate é a diversificação da nossa economia, com vista a desenvolver todos os setores da economia não petrolífera, reduzir as importações de bens essenciais, aumentar a oferta de bens produzidos no país, aumentar o volume de exportações e de arrecadação de divisas, aumentar a oferta de emprego, o que tem como principal ator, como principal agente, o investidor privado nacional ou estrangeiro.

Estes são apenas alguns aspetos da nossa intenção de fazer Angola ascender a um lugar cimeiro em África no que respeita à transparência, à resolução dos problemas básicos da população e ao nível do progresso e bem-estar dos cidadãos.

Graças a um conjunto de corajosas medidas macroeconómicas adotadas, prevê-se uma ligeira recuperação do crescimento económico para 2019, com o setor não petrolífero a exibir taxas de crescimento mais animadoras.

Com vista a apoiar esse esforço de recuperação, o Governo está a negociar um Programa de Financiamento Ampliado com o Fundo Monetário Internacional, o que vai garantir maior confiança dos mercados na economia angolana.

Srs. Deputados, Minhas Senhoras, Meus Senhores: Portugal representa, para nós, um parceiro importante, com quem mantemos uma relação sólida e duradoura, que, como em qualquer outra relação, necessita de ser permanentemente alimentada e reiterada com gestos e atitudes de ambas as partes envolvidas.

O nosso compromisso é manter a nossa relação à altura dos profundos laços de amizade entre os nossos povos.

Angola está aberta a uma maior presença de empresários e homens de negócios portugueses na nossa economia, para que possamos edificar, na prática, uma base de cooperação mutuamente vantajosa para os nossos povos e países.

Gostaríamos, no entanto, que as nossas relações não se reduzissem à mera partilha de interesses económicos e empresariais mas que se alargassem e reforçassem ao nível das consultas políticas, diplomáticas e parlamentares permanentes e a trocas de informação e experiências nos domínios da educação, ciência, tecnologias, cultura e desporto. Só deste modo será possível o reforço do conhecimento mútuo em todas as vertentes, base sobre a qual devem assentar as relações de dois povos que se estimam, respeitam e partilham vivências comuns.

É para nós gratificante constatar que as posições dos nossos países nos areópagos internacionais convergem sempre na defesa da paz e da democracia e na condenação do racismo, da xenofobia ou qualquer outro tipo de discriminação do ser humano.

A persistência de conflitos em várias regiões do planeta, a ingerência externa nos assuntos internos de outros Estados e a adoção em muitos países de formas de governo autoritárias e extremistas, que julgávamos ultrapassadas, obriga-nos a manter posições claras sobre a defesa dos direitos inalienáveis dos cidadãos.

Vamos unir os nossos esforços na salvaguarda da vida no nosso planeta, ameaçada por rápidas e crescentes alterações climáticas, e no combate contra o crime organizado e transfronteiriço, o terrorismo, a imigração ilegal, o tráfico de seres humanos e de drogas e outras práticas condenáveis.

Defendemos a resolução pacífica dos conflitos entre Estados, o multilateralismo nas relações internacionais, o fim do conflito no Líbano e na Síria, que causaram uma das maiores catástrofes humanitárias de todos os tempos.

No Médio Oriente, com relação a um dos mais velhos conflitos que o mundo conhece, o israelo-palestiniano, defendemos o direito de o povo palestino criar o seu próprio Estado, convivendo em paz e harmoniosamente com o Estado de Israel.

Esta é a posição clara contida nas resoluções do Conselho de Segurança das Nações Unidas, refletindo a vontade da esmagadora maioria de seus membros e dos povos israelita e palestino, que tudo quanto querem é a paz e a concórdia.

Saudamos efusivamente os esforços desenvolvidos pelas duas Coreias, pelos Estados Unidos da América e pela China pela redução da tensão e o fim definitivo do conflito na Península Coreana, pela sua desnuclearização e possível unificação.

É, no entanto, com alguma apreensão que o mundo vem constatando o surgimento de preocupantes sinais que apontam para o possível retorno à Guerra Fria, caso as duas principais superpotências não primem pela contenção e o bom senso na forma como abordam as questões de ordem estratégica, onde nem sempre convergem os interesses que defendem.

Finalmente, é importante não descurar as relações que mantemos no âmbito da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, vulgo CPLP, fundada na língua, na cultura e numa história comum com raízes em África, nas Américas, na Ásia e na Europa.

Essa singularidade confere à CPLP um carácter único e original, que devia ser mais valorizado e explorado pelos governos e cidadãos dos nossos países, pois é na diversidade e na troca de culturas e tradições diversas que a humanidade se enriquece e pode prosperar.

Partirei de Portugal com a convicção de que esta minha visita em muito poderá contribuir para redinamizar a nossa parceria estratégica e privilegiada, na certeza de que podemos ter pela frente um futuro comum, promissor e bastante radioso.

Muito obrigado.

Aplausos do PSD, do PS, do CDS-PP, do PCP, de Os Verdes (de pé) e do Deputado do BE Jorge Campos, tendo-se levantado os Deputados do BE Carlos Matias, Heitor de Sousa e José Manuel Pureza e o Deputado do PAN André Silva.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado a todos.

Vamos ainda escutar, de novo, e participar na execução dos hinos nacionais da República de Angola e da República Portuguesa, e declaro encerrada a sessão.

A Banda da Guarda Nacional Republicana executou o hino nacional de Angola, que foi cantado, de pé, pelos presentes na Câmara e nas Galerias.

Aplausos gerais, de pé.

Em seguida, a Banda da Guarda Nacional Republicana executou o hino nacional, que foi cantado, de pé, pelos presentes na Câmara e nas Galerias.

Aplausos gerais, de pé.

Eram 15 horas e 44 minutos.

Presenças e faltas de Deputados à reunião plenária.

A DIVISÃO DE REDAÇÃO.